

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

ROSALVO DE SOUZA OLIVEIRA NETO

**DIAGNOSTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DIAS D'AVILA, BA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA
2014

ROSALVO DE SOUZA OLIVEIRA NETO



**DIAGNOSTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DIAS D'AVILA, BA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Polo UAB do Município de Mata de São João, BA, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

Diagnostico da Educação Ambiental nas Escolas Públicas Municipais de Dias

D'Ávila, BA

Por:

Rosalvo de Souza Oliveira Neto

Esta monografia foi apresentada às 08h00min do dia 20 de dezembro de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Polo de Mata de São João, BA, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira
(Orientadora)

Prof^a Dra. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes
UTFPR – Câmpus Medianeira

Especialista Yuka Kamila de Oliveira Fujiki
Tutora Presencial – Polo UAB Mata de São João, BA

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida, sem Ele não chegaria a lugar algum, foi Ele quem me deu fé e um espírito perseverante para vencer os obstáculos.

A minha mãe Dulce que sempre me incentivou.

Aos meus familiares, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Em especial a minha orientadora professora Mestra Marlene Magnoni Bortoli pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço a coordenadora Eliane e prefeitura de Mata de São João pela implantação deste curso de pós-graduação, a Secretaria de Educação do município de Dias D'Ávila e os diretores das escolas públicas, aonde foram coletadas as informações essenciais para a conclusão desta monografia.

Agradeço aos tutores presenciais em particular a tutora Juliana que me orientou durante essa jornada nas disciplinas com grande competência e aos tutores a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”. (ALBERT EINSTEIN).

RESUMO

OLIVEIRA NETO, Rosalvo de Souza. Diagnostico da Educação Ambiental nas Escolas Públicas Municipais de Dias D'Ávila, BA. 2014. 45f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

A Educação Ambiental (EA) é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais na busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, através do desenvolvimento de habilidades, formação de atitudes e conduta ética condizentes ao exercício da cidadania. Conforme tal afirmativa, o principal objetivo deste trabalho foi avaliar a metodologia aplicada nas escolas municipais de Dias D'Ávila, BA, para verificação da existência da disciplina de Educação Ambiental no contexto escolar. Desta forma, foram coletadas informações por meio de entrevista na Secretaria de Educação do município de Dias D'Ávila, BA (SEDUC), no setor pedagógico diretamente com o responsável pela Articulação do Eixo Temático do município e a aplicação de questionários nas escolas sendo direcionado aos diretores das mesmas. De acordo com as informações de todos os entrevistados, pôde-se verificar que as escolas não possuem a disciplina de Educação Ambiental. Diante disto, fica claro dizer que a Educação Ambiental nas escolas deve ser conduzida através de conteúdos ambientais que venham ser permeados em todas as disciplinas do currículo formal e não formal.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Política Nacional de Educação Ambiental.

ABSTRACT

OLIVEIRA NETO, Rosalvo de Souza. Diagnosis of Municipal Environmental Education in Public Schools Dias D'Ávila, BA. 2014. 45f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

Environmental Education (EE) is a participatory process where the student assumes the role of a central element of the teaching / learning process desired, actively participating in the diagnosis of environmental problems and finding solutions, being prepared as an agent, through the development skills, and forming attitudes conducive to the exercise of citizenship ethical conduct. As this statement, the main objective of this study was to evaluate the methodology applied in municipal schools Dias D'Ávila, BA to verify the existence of the discipline of environmental education in the school context. Thus, information was collected through interviews with the Secretary of Education of the City of Dias D'Ávila, BA (SEDUC) in teaching sector directly responsible for articulation with the Main Topic of the municipality and the questionnaires in schools being targeted the directors of the same. According to the information of all respondents, it was verified that the schools do not have the discipline of Environmental Education. Given this, it is clear to say that environmental education in schools should be conducted through environmental content that may be permeated in all disciplines of the formal and informal curriculum.

Keywords: Education. Public Policy. National Environmental Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1-Mapa da Localização do Município de Dias D'Ávila,BA..... | 26 |
| Figura 2–Métodos Utilizados na Coleta deDados..... | 27 |
| Quadro 1 - Políticas Públicas Desenvolvidas nas Escolas do Município de Dias D'Ávila..... | 31 |
| Gráfico 1 -Formas como as Escolas Municipais de Dias D'Ávila Trabalham EA..... | 32 |
| Gráfico 2 - Dificuldades para não Aplicação das Políticas Públicas nas Escolas Municipaisde Dias D'Ávila..... | 33 |
| Quadro 2 - Projetos ou Ações Voltadas a Educação Ambiental..... | 33 |
| Gráfico 3 - Forma como os Professores são Motivados para Desenvolver Projetos ou Atividades Ambientais com os Alunos..... | 34 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 12 |
| 2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... | 12 |
| 2.2 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONCEITOS DE EA..... | 14 |
| 2.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 15 |
| 2.4 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS..... | 19 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 26 |
| 3.1 LOCAL DA PESQUISA | 26 |
| 3.2 TIPO DE PESQUISA..... | 27 |
| 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS..... | 27 |
| 3.4 ANÁLISES DOS DADOS | 28 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 29 |
| 4.1 ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 29 |
| 4.2 QUESTIONÁRIO AO DIRETOR DA ESCOLA E EQUIPE PEDAGÓGICA | 31 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
| REFERÊNCIAS..... | 38 |
| APÊNDICES | 42 |

1 INTRODUÇÃO

Na educação escolar, em todos os níveis e modalidade de ensino, o Órgão Gestor, especificamente o MEC tem o dever de apoiar a comunidade escolar, professores, estudantes, direção, funcionários, pais e amigos a se tornarem educadores ambientais com uma leitura crítica da realidade, Paulo Freire. (Citado por MEC, 2007).

Segundo Munhoz (1991), uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares. Através de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas e debates, os alunos poderão entender os problemas que afetam a comunidade onde vivem; a refletir e criticar as ações que desrespeitam e, muitas vezes, destroem um patrimônio que é de todos.

Considerando que a gestão ambiental pública é essencialmente uma gestão de conflitos e que a Educação Ambiental é indispensável neste âmbito, por se constituir num instrumento que proporcione a qualificação dos autores neste processo, repercute no entendimento das questões ambientais em sua mais ampla dimensão e propósitos. Portanto é fundamental uma visão comum de futuro. A condição implica que a escola deve ser é um espaço social e popular, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade.

Neste contexto, tem-se o entendimento da necessidade de um instrumento de planejamento que permita a participação de todos os atores de forma democrática, para isso surgiu o Projeto Político-Pedagógico, que quando elaborado e executado de forma participativa, têm se mostrado um importante instrumento de inclusão social e de gestão democrática da escola pública.

A escola é um ambiente vital onde alunos e professores, gestores e servidores passam um percentual considerável do seu dia. Se a ideia da casa como ambiente de serenidade e bem-estar deve ser expandida para conservação do planeta como um todo, a escola com muita razão deve ser cuidada e ornada por todos aqueles que a frequentam. Os PCN's incluem a educação ambiental como temática transversalidade, o que determina a abordagem da educação ambiental

não exclusivamente por uma disciplina específica, mas de forma conjunta e integralizada, posto que a responsabilidade em educar para a preservação e correta utilização dos recursos naturais deve ser tarefa de todos os educadores e disciplinas: uma tarefa que atravessa todas as disciplinas e toda a vida.

O ambiente da classe é crucial para aprendizagem global na qual se aprecie o valor e a experiência de cada pessoa, a partir de um padrão horizontal de relações em que a participação seja permanente. Igualmente o papel do professor ou professora nesse tipo de ambiente deve estar ligado ao de grande facilitador do processo, devolvendo constantemente o poder à classe, o que requer também um permanente exercício de imaginação. (PARDO DIAZ, 2002, p.106).

Se necessário enfatizar que estudar Educação Ambiental não é unicamente estudar conceitos da biologia ou da ecologia. Quando os gestores falam do conhecimento oriundo desta temática em análise, discorrem sobre a possibilidade real de construir conhecimentos, habilidades e desenvolver posturas axiológicas capazes de integrar conteúdos e vivências das mais variadas áreas do conhecimento humano numa perspectiva interdisciplinar, valorizando a complexidade da vida no planeta com vistas à produção do conhecimento que renuncie uma visão linear, fragmentada e dicotômica do real.

Neste sentido, este trabalho visa contribuir para um melhor entendimento acerca de como a EA está chegando aos alunos da escola pública municipal diante dos novos paradigmas que devem nortear a conduta dos professores ao tratar o tema Educação Ambiental.

A educação ambiental destaca-se como uma das importantes exigências legais às escolas, isso porque desperta nos alunos o conhecimento dos problemas ambientais, formas e/ou meios de resolvê-los. É através desta iniciativa, que os educadores levam para a sala de aula uma aprendizagem ecológica que irá refletir no comportamento do educando.

A escola que incentiva ações de educação ambiental e o professor que trabalha essa temática com seus alunos estimula-os a desenvolver responsabilidade ambiental e a formar cidadãos conscientes dos deveres de proteção ao meio ambiente. Tal ação irá refletir também na sociedade que estes educandos vivem, por isso cabe aos gestores municipais e educadores desenvolver e despertar um

comportamento reflexivo das questões ambientais nos alunos, dando sentido para que se desenvolvam atitudes de preservação ambiental.

Esta monografia teve como objetivo geral investigar se nas escolas públicas municipal de Dias D'Ávila existe uma disciplina voltada para a educação ambiental na grade curricular das mesmas, caso não exista de que forma as questões ambientais são abordadas nas escolas.

A pesquisa se faz importante, pois irá possibilitar à sociedade do local estudado um diagnóstico da efetiva aplicação da educação ambiental no âmbito do município, irá ainda apresentar se as escolas têm no seu currículo uma disciplina específica que trabalha temas ambientais ou educação ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Hoje não se aceita mais a desculpa do não sabia para as absurdas agressões ao meio ambiente (DIAS, 1999). A questão ambiental está globalizada, sendo um de suas dimensões mais poderosas, em termos de potencial de mudanças (VIOLA, 1996 *apud* DIAS, 1999). O ensino formal é o que ocorre dentro do sistema escolar, o não-formal, obviamente, fora das escolas. A Educação Ambiental deve estar presente em todas as etapas, inclusive começando em casa, mesmo antes do pré-escola. A Educação Ambiental deve chegar às empresas através de programas específicos. Nas escolas, molda-se uma nova mentalidade a respeito das relações ser humano/ambiente. De acordo com Sato (2004) o aprendizado ambiental é um componente vital, pois oferece motivos que levam os alunos se reconhecerem como parte integrante do meio em que vivem e faz pensar nas alternativas para soluções dos problemas ambientais e ajudar a manter os recursos para as futuras gerações. No Brasil tem-se a Lei 9.795/99 trata da educação ambiental.

De acordo com Mousinho (2003) a prática da educação ambiental é um processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, com garantia de acesso à informação e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica das questões ambientais, buscando também uma transformação cultural e social.

Em 1975, a UNESCO, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), bem como obedecendo às recomendações da Conferência de Estocolmo, cria o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Nesse ano, é lançada a "Carta de Belgrado", buscando uma estrutura global para a educação ambiental. Nesta carta definiu-se os objetivos da educação ambiental, sendo eles:

Conscientização: contribuir para que os indivíduos e grupos sociais adquiram consciência e sensibilidade em relação ao ambiente como um todo e a problemas a ele relacionados.

Conhecimentos: propiciar aos indivíduos e grupos sociais uma compreensão básica sobre o ambiente como um todo e os problemas a ele relacionados. Sobre a presença e o papel de uma humanidade criticamente responsável em relação a esse ambiente.

Atitudes: possibilitar aos indivíduos e grupos sociais a aquisição de valores sociais, Fortes vínculos afetivos com o ambiente e motivação para participar ativamente na sua proteção e melhoria.

Habilidades: propiciar: aos indivíduos e aos grupos sociais condições para adquirirem as habilidades necessárias `solução dos problemas ambientais.

Capacitação de avaliação: estimular os indivíduos e os grupos sociais a avaliarem as providências relativas ao ambiente e aos programas educativos, quando aos fatores ecológicos, políticos, econômicos, estéticos e educacionais.

Participação: contribuir com os indivíduos e grupos sociais no sentido de desenvolver senso de responsabilidade e de urgência com relação aos problemas ambientais para assegurar a ação apropriada para solucioná-los.(BARBIERI, 2002, p.7).

Desta forma a Educação Ambiental recebe um conjunto que visa compor uma série de procedimentos que permitam o ser humano a percepção nítida, reflexiva e crítica dos mecanismos sociais, políticos e econômicos presentes nas formas de organização socioambientais. No que se referem a estes aspectos educativos no Brasil, Dias (2003) comenta que:

No âmbito dos setores competentes da Educação no Brasil, não se vislumbrava até então, a mais remota possibilidade de ações de apoio a Educação Ambiental, quer pelo desinteresse que o tema despertava entre os políticos dominantes, quer pela ausência de uma política educacional definida para o país, como reflexo do próprio momento que atravessava. (DIAS, 2003, p.81).

Entretanto, houve algumas iniciativas por parte de alguns Estados devido as repercussões internacionais sobre o assunto, porém, foram influenciados pelo “modismo ecológico “ou seja, o “verde pelo “verde”, repercutindo num reducionismo do verdadeiro significado da Educação Ambiental, sem considerar nas análises da realidade socioeconômica nacional.

2.2 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONCEITOS DE EA

A expressão “Educação Ambiental” (EA) surgiu apenas nos anos 70, sobretudo quando surge a preocupação com a problemática ambiental. A partir de então surge vários acontecimentos que solidificaram tais questões, como a Conferência de Estocolmo em 1972, a Conferência Rio-92 em 1992, realizada no Rio de Janeiro, que estabeleceu uma importante medida, Agenda 21, que foi um plano de ação para o século XXI visando a sustentabilidade da vida na terra (DIAS, 2004), dentre outros.

De acordo com a Lei 9.795/99 no Artigo 1º:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p.1).

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida. (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE TBILISI, 1977).

A história da ação humana sobre a superfície da terra pode ser vista como sendo a história da criação de um cada vez mais complexo meio ambiente, como uma rica variedade de formas espaciais articuladas entre si, e no qual a natureza primitiva parece estar ausente, dado que na produção do ambiente matérias-primas industrialmente produzidas são crescentemente utilizadas. (CORRÊA, 1997, p. 153).

Segundo a jornalista Rachel Carson no Brasil a Educação Ambiental foi muito abordada durante a conferência da ONU que tinha como tema central Meio Ambiente e Desenvolvimento, essa citada conferência teve com sede o Rio de Janeiro em 1992. Nela visaram definir compromissos globais nas questões sócias e ambientais, esperando que sejam implantadas ações pelos governos e sociedade

civil, que venha salientar os grandes problemas da natureza, causando pelo uso excessivo do homem.

Um dos principais objetivos da EA consiste em contribuir para a compreensão da complexidade do ambiente em suas dimensões ecológicas, econômicas, sociais, culturais, políticas, éticas e tecnológicas, de maneira a sensibilizar a coletividade quanto a importância de sua organização e participação na defesa de todas as formas de vida. Pretende-se, assim, incentivar a mobilização dos cidadãos a partir do reconhecimento das causas e das consequências dos impactos socioambientais que afligem o planeta, buscando satisfazer as necessidades fundamentais da humanidade ao mesmo tempo em que são respeitados os direitos das gerações futuras terem acesso a um ambiente saudável.

Os princípios básicos da educação ambiental constados no capítulo 1 e Artigo 4º da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 são:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da Inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia da continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL,1999, p.1)

2.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Embora o Brasil seja o único país da América Latina que tem uma Política Nacional específica para a Educação Ambiental - PNEA e que tenha ocupado, dentre 175 países, a 11ª posição no índice global de sustentabilidade ambiental, divulgado em 2005 pelas Universidades de Yale e Columbia nos Estados Unidos, os avanços na educação ambiental formal foram tímidos. Alguns professores ainda não receberam formação complementar conforme preconiza o texto legal. Os recursos destinados à educação continuam sendo mal aplicados (DIAS, 2004).

A responsabilidade social das Universidades implica nos deveres e obrigações a serviço do desenvolvimento da comunidade onde está inserida. As práticas sociais vão além da conduta legal da instituição, de atividades filantrópicas ou do apoio à comunidade. Significa mudança de paradigma, com uma perspectiva de gestão focando a qualidade das relações e a geração de novos valores. É importante estimular e sensibilizar os alunos para a temática, influenciando-os para as práticas futuras, na condição de jovens profissionais.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – instituída pela Lei nº 9.795/99 – e seu decreto de regulamentação em 2002 têm contribuído para acelerar o processo de institucionalização da Educação Ambiental no país, cujo marco inicial, pelo menos para o ensino formal, foi a Lei nº 6.938/81, a qual, ao instituir a Política Nacional de Meio Ambiente, determinou a inclusão da EA em todos os níveis de ensino.(BARBOSA, 2008, p.2)

Desde 2002, com a regulamentação da PNEA, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) propõe fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, por meio do qual a PNEA deve ser implementada em regime de colaboração com os entes da Federação. Sua A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, ligada à Presidência da República, representou o começo da institucionalização da EA no âmbito do governo federal. A EA é proposta como política pública a partir da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. A partir de então houve pressões internacionais para a introdução de políticas públicas ambientais na agenda de governo dos países. Sua missão é a de contribuir com a educação para a sustentabilidade, para uma sociedade educada ambientalmente.

A Política Nacional de Educação Ambiental se constituiu numa proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Estingue-se de outras Leis, por não estabelecer regras ou sanções, mas estabelece responsabilidades e obrigações. E Educação Ambiental, portanto, consiste em servir de objeto para implementação de políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da própria Educação Ambiental.

A Educação Ambiental tem a missão de contribuir com o processo dialético Estado-Sociedade, articulando os diferentes atores sociais (formal e informal da educação) e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e

educadora, formação de educadores ambientais, educomunicação socioambiental e outras estratégias que promovam a Educação Ambiental crítica e emancipatória que venha a proporcionar a definição das políticas públicas a partir do diálogo.

Diante do quadro já vivenciado anteriormente, a EA brasileira tem o que comemorar, pois a partir de então se pôde contar com instrumentos legais. Segundo Cascino (2000, p.43), o debate ambientalista difundiu-se por todos os lados, ocorrendo uma ampla e interessante discussão sobre novos caminhos para o ser humana. “A educação, obviamente não escaparia a esse processo; práticas de educação ambiental avolumaram-se e disseminavam por toda a parte”. (CASCINO, 2000, p.43).

Considerando que a gestão ambiental pública é essencialmente uma gestão de conflitos e que a Educação Ambiental é indispensável neste âmbito, por se constituir num instrumento que proporcione a qualificação dos autores neste processo, repercute no entendimento das questões ambientais em sua mais ampla dimensão e propósitos. Portanto é fundamental uma visão comum de futuro. A condição implica que a escola deve ser é um espaço social e popular, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade.

Neste contexto, tem-se o entendimento da necessidade de um instrumento de planejamento que permita a participação de todos os atores de forma democrática, para isso surgiu o Projeto Político-Pedagógico, que quando elaborado e executado de forma participativa, têm se mostrado um importante instrumento de inclusão social e de gestão democrática da escola pública.

O projeto político pedagógico, ao nosso ver, passa a ser o único instrumento democrático para que a comunidade escolar possa se organizar e construir dentro de seu espaço, a sua autonomia, que será o impulsionador da descentralização de suas ações e o fortalecimento de atitudes democráticas e comunicativas (CARVALHO;DIOGO*apud* VEIGA; RESENDE,1998, p.113).

De acordo com a Lei 9.795/99 que instituiu a política nacional de educação ambiental no Artigo 3ª como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o

engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. (BRASIL, 1999, p.1)

Toda via vale salientar que a atual legislação possui aspectos pedagógicos da organização escolar muito importante e de grande valia para os propósitos de implementação de políticas públicas socioambientais de fato democráticas, em outras palavras, construir um projeto político pedagógico significa enfrentar um grande desafio de amplas dimensões.

O tratado de Educação Ambiental para a sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborada pelo fórum das ONGs, explicita-se o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais humana e harmônico de desenvolvimento, considerando os direitos humanos da terceira geração, a perspectiva de gênero, o direito e a importância das diferenças e o direito à vida, baseados em uma ética biocêntrica e do amor; o outro documento foi a Carta brasileira de Educação Ambiental, elaborada pela Coordenação de Educação Ambiental no Brasil onde se estabeleceram as recomendações para a capacitação de recursos humanos. Entretanto, a produção de maior destaque desta Conferência foi uma proposta de ação denominada Agenda 21. esse documento procura assegurar o acesso universal ao ensino básico, conforme recomendações da Conferência de Educação Ambiental (TBILISI, 1977).

As diretrizes têm como estratégias básicas a articulação das ações de Educação Ambiental, desenvolvidas pelos três níveis de governo e pela sociedade civil organizada, através do estímulo a implantação de um programa Estadual de Educação Ambiental em cada Unidade da federação. No MEC, foram aprovados “parâmetros Curriculares” que incluem a Educação Ambiental como tema transversal em todas as disciplinas, ou seja, não se constitui em uma disciplina a mais.

Neste sentido, o Instituto Paulo Freire, no programa de Educação Continuada afirma que os temas transversais dos novos parâmetros curriculares incluem Ética, Meio ambiente, Saúde, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Além desses temas, podem ser abordados temas locais, referentes a realidades locais. O mesmo órgão esclarece a respeito de outras estratégias de utilização para a Educação Ambiental visando a integração curricular.

A função do professor é ser um agente facilitador desse processo e os currículos escolares devem ser elaborados de tal maneira que haja a articulação das disciplinas para alcançar uma visão do todo. Conteúdos isolados devem ser substituídos por planos de ação integrados com a realidade e o todo. (HUTCHISON, 2000, p. 22).

A Educação Ambiental é indispensável neste âmbito, por se constituir um instrumento que proporciona a qualificação dos atores neste processo, repercute no entendimento das questões ambientais em sua mais ampla dimensões e propósitos. Portanto é fundamental uma postura de compartilhamento de responsabilidade e construção de uma visão comum futura. À condição implica que a escola deve ser é um espaço social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade.

2.4 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Devemos lançar mão dela, a Educação Ambiental (EA), que pode ser definida como sendo elemento integrador dos sistemas educativos de que dispõe a sociedade para fazer com que a comunidade tome consciência do fenômeno do desenvolvimento e de suas implicações ambientais. Portanto, a mudança de paradigmas no que concerne às relações do homem com seu meio é de vital importância de tal forma que possamos mudar crenças, atitudes e posturas em relação ao meio ambiente (HERNANDEZ; HIDALGO, 1998).

A diversidade de problemas ambientais mobiliza diferentes áreas do conhecimento na busca por soluções técnicas e científicas, assim como também mobiliza diversos setores de trabalho. Neste sentido, são sugeridas ações que buscam soluções práticas e teóricas para os problemas ambientais de diversas áreas simultaneamente. Entre essas ações, Dias (2001) destaca a Educação Ambiental como uma possibilidade no campo da educação, com objetivo de proporcionar conhecimento sobre o meio ambiente e alterar a atual relação de consumo exacerbado e reestabelecer a relação de destruição entre ser humano e natureza.

Orientações e diretrizes da Educação Ambiental aparecem no Brasil a partir da Constituição de 1988. No Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Compreendemos que a Educação Ambiental é o resultado de um processo político sensível aos problemas ambientais, estando presente em espaços variados como o meio escolar e não escolar com orientações e diretrizes internacionais, nacionais, regionais e locais. (BRASIL, 1988).

Analisando o âmbito escolar, em todos os níveis no mundo e no Brasil, as diretrizes da Educação Ambiental vêm buscando organizar o processo pedagógico para formar pessoas com atitudes conscientes em relação ao seu meio ambiente, através da aquisição de conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação, visando atitudes e resoluções de problemas ambientais.

No Brasil, um dos impactos deste tratado, foi a formulação da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), que propõe assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do país. Chama atenção também para uma educação que tenha como objetivo a formação da sociedade com base em uma melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção, em longo prazo, dessas condições de vida. As contribuições da Educação Ambiental são diversas em vários níveis de formação escolar e não escolar, reconhecemos que ela abre possibilidades para mobilização de ações articuladas em áreas distintas, por isso não pode ser entendida como uma ação local, isolada e disciplinar.

A Educação Ambiental (EA) é um tema cada vez mais tratado nas escolas brasileiras. Em algumas delas, há até certa carga horária destinada à conscientização ambiental dos alunos. Um dos enfoques desse tipo de educação deveria se pautar na Política ou Pedagogia dos 3 R's (reduzir, reutilizar e reciclar), porém, nem sempre esses três assuntos são tratados de maneira igualitária. Na enciclopédia: "sustentabilidade é um conceito sistêmico; relacionado com a continuidade dos aspectos econômico, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana". Podemos dizer que na prática esse conceito representa promover a exploração de áreas ou de uso de recursos planetário (naturais ou não) de forma a

prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e as comunidades humanas e todas as biosferas que dele dependem para existir. Algumas Estratégias de Ensino para a Prática da Educação Ambiental (SOARES; MATTOS, 2010).

Um programa de educação ambiental para ser efetivo deve promover simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Utiliza-se como laboratório, o metabolismo urbano e seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela circunvizinhança e sucessivamente até a cidade, a região, o país, o continente e o planeta. A aprendizagem será mais efetiva se a atividade estiver adaptada às situações da vida real da cidade, ou do meio em que vivem aluno e professor.

Na visão de Chalita (2002, p. 34), a educação constitui-se na mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e conseqüente mudança de hábitos. É também o instrumento de construção do conhecimento e a forma com que todo o desenvolvimento intelectual conquistado é passado de uma geração a outra, permitindo, assim, a máxima comprovada de cada geração que avança um passo em relação à anterior no campo do conhecimento científico e geral.

Quando o autor acima mencionado se refere à educação, não está se referindo à educação vigente, isto é, não se refere à educação “que exclui, que dá prêmio aos melhores alunos e aponta os piores para que sirvam de modelo, que homogeneíza o ensino” mas, sim, a uma “educação holística, uma educação que estimule o senso crítico, que estimule métodos e traga à tona discussões, que desperte os interesses dos alunos” (CHALITA, 2002). A Educação Ambiental constitui-se como uma estratégia para se alcance as mudanças desejadas na atual educação.

A Educação Ambiental tem assumido nos últimos anos o grande desafio de garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam, na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade (CARVALHO, 2006).

Na visão de Dias (2004), a Educação Ambiental na escola não deve ser conservacionista, ou seja, aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos

recursos Naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas Naturais ou gerenciados pelo Homem, mas aquela educação voltada para o meio ambiente que implica uma profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o estado conservacionista.

A Educação Ambiental é conteúdo e aprendizado, é motivo e motivação, é parâmetro e norma. Vai além dos conteúdos pedagógicos, interage com o ser humano de forma que a troca seja uma retroalimentação positiva para ambos. Educadores ambientais são pessoas apaixonadas pelo que fazem. E, para que o respeito seja o primeiro sentimento motivador das ações, é preciso que a escola mude suas regras para se fazer educação ambiental de uma forma mais humana. (CARVALHO, 2006).

Santos (2007, p. 10), acredita que uma das formas que pode ser utilizada para o estudo dos problemas relacionados ao meio ambiente é através de uma disciplina específica a ser introduzida nos currículos das Escolas, podendo assim alcançar a mudança de comportamento de um grande número de alunos, tornando-os influentes na defesa do meio ambiente para que se tornem ecologicamente equilibrados e saudáveis. Porém, a autora ressalta que estes projetos precisam ter uma proposta de aplicação, tratando de um tema específico de interesse dos alunos, e não longe da proposta pedagógica da escola.

Para Carvalho (2004a, p. 16), quando se fala em EA, refere-se a um adjetivo "ambiental" aplicado a um substantivo "Educação". Isso tem proporcionado, nos diversos territórios, diálogos entre educadores, na tentativa de identificar e compreender o significado da EA e buscar a identidade dessa expressão. Neste sentido, Layrargues (2002) destaca duas principais concepções de Educação Ambiental: a conservadora/tradicional e outra transformadora/crítica. A primeira prioriza uma educação pretensamente apolítica e mantenedora do *status quo* social, enquanto a segunda contribui para a transformação da realidade socioambiental. Para o autor, a [...] prática pedagógica da EA tradicional volta-se ao ensino de ecologia, aproximando-se da educação conservacionista, enquanto que a prática pedagógica da Educação Ambiental crítica volta-se à reflexão do funcionamento dos sistemas sociais, além dos sistemas ecológicos. (LAYRARGUES, 2002, p. 190)

A EA conservadora ou tradicional preocupa-se com as ações pautadas na transmissão de conhecimento e na mudança de comportamento em relação à

conservação da natureza. A educação, baseada nesta concepção, considera, predominantemente, os aspectos naturais sem correlacioná-los aos aspectos sociais, culturais etc. Já a EA transformadora se preocupa com a mudança da realidade socioambiental e tem sido defendida por vários teóricos atuais da EA, tanto brasileira como de outros países. De acordo com Layrargues (2002, p. 191), "a EA crítica é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais".

Na visão de Guimarães (1995 *apud* CUBA, 2010, p. 28), o Ensino Médio, por exemplo, tem visado apenas o vestibular e se esquece da formação de cidadãos que pensem de forma crítica e que vejam o mundo e o próximo não como um adversário, mas como um cidadão.

Entre os vários aspectos negativos da atual educação ministrada no Brasil, ressalta o fato de ela não desenvolver no estudante os esquemas mentais que estabelecem a relação dialética das diferentes áreas de estudos entre si e também destas com a realidade social em que vivemos.

O estudo da ecologia, enquanto "ciência pura", de quase nada adianta se não relacionada com os demais campos da ciência, porque ela não leva necessariamente a uma visão globalizante, dinâmica e sistêmica das coisas, isto é, a uma visão "eco-política" (SCHINKE, 1986, p. 153 *apud* CUBA, 2010, p.28).

O conhecimento tem mais valor quando construído coletivamente porque repartimos o que sabemos e aprendemos com o que os outros repartem conosco. É com esta construção coletiva que o ensino deve se preocupar mais (YUS, 2002).

Para Boff (1999, p. 34), a pedagogia da Terra é aquela que ensina a transformarmos a cultura da guerra e da violência em uma cultura de paz e não-violência, é aquela que transmite aos jovens e às gerações futuras valores que inspirem a construir um mundo de dignidade e harmonia, justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade. Em outra obra, o pensador afirma que é aquela que procura construir uma sociedade sustentável que busca para si o desenvolvimento viável para as necessidades.

O termo Educação Holística foi proposto pelo americano R. Miller (1997) para designar o trabalho de um conjunto heterogêneo de liberais, de humanistas e de românticos que têm em comum a convicção de que a personalidade global de cada criança deve ser considerada na educação. São consideradas todas as facetas da experiência humana, não só o intelecto racional e as responsabilidades de

vocação e cidadania, mas também os aspectos físicos, emocionais, sociais, estéticos, criativos, intuitivos e espirituais inatos da natureza do ser humano (YUS, 2002, p. 16). De todos, não apenas do ponto de vista social, mas do ponto de vista sócio cósmico que procura atender aos demais seres da natureza (BOFF, 2008).

Numa visão elucidadora, Maranhão, assim afirma:

Ao divulgar os resultados do último Censo Escolar, o INEP deu destaque ao fato de que 65% das escolas de ensino fundamental inseriram a questão ambiental em suas práticas pedagógicas. Cumprem sua obrigação, já que se trata de um dos temas transversais ao currículo obrigatório. [...]. No entanto, sabemos que, devido à precariedade da infraestrutura de nossos estabelecimentos, torna-se difícil para os professores abordar a questão de maneira adequada e com conhecimento de causa. Por isso temos que aplaudir aquelas escolas que se empenham em formar cidadãos e futuros profissionais segundo a ótica do desenvolvimento sustentável. É pouco e os poderes públicos precisam não só fornecer mais recursos humanos e financeiros a fim de que essas ações sejam multiplicadas, mas avaliar sua eficácia. (MARANHÃO, 2005, p.4).

Portanto, é possível perceber, através do que foi exposto, que a Educação Ambiental é um caminho possível para mudar atitudes e, por consequência, o mundo, permitindo ao aluno construir uma nova forma de compreender a realidade na qual vive, estimulando a consciência ambiental e a cidadania, numa cultura ética, de paz, de solidariedade, de liberdade, de parceria e partilha do bem-comum, da habilidade, da delicadeza e do bom senso. Ou seja, a Educação Ambiental é aquela que permite o aluno trilhar um caminho que o leve a um mundo mais justo, mais solidário, mais ético, enfim, mais sustentável (GUEDES, 2006).

A presença da EA está se inserindo no cotidiano das escolas, por um movimento espontâneo de educadores que, preocupados com a situação, procuram inserir essa discussão em suas práticas pedagógicas. Espontâneo, porque apesar da EA estar institucionalizada com leis e políticas públicas própria para o setor, de modo geral, não há nenhuma imposição para que um determinado professor, ou a EA esteja presente como um conteúdo específico na grade curricular, o que indica que ela está acontecendo nas escolas por iniciativa de alguns educadores. No entanto, autores que defendem em suas obras uma perspectiva crítica de EA (CARVALHO, 2004; GUIMARÃES, 2000, 2004, 2006; LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2000, 2002, 2006; entre outros) explicitam que as práticas que se difundem na sociedade, em sua maioria, reproduzem os paradigmas estruturantes da atual realidade socioambiental, reduzindo as possibilidades de contribuição da

EA para a superação destes problemas, apesar da boa intenção da maioria destes educadores.

Práticas conservadoras de educação ambiental que se manifestam no dia a dia escolar, presas que estão a uma "armadilha paradigmática" (GUIMARÃES, 2004), refletem a hegemonia de uma visão de mundo e sua racionalidade instrumental que geraram essa crise. No entanto, cada vez mais educadores ambientais assumem uma postura crítica em seu fazer pedagógico, construindo novas lógicas e "táticas" (CERTEAU, 1994), em que procuram, no cotidiano das escolas, práticas diferenciadas, questionadoras e problematizadoras, buscando a contextualização do que se ensina e faz em uma realidade mais ampla, inserida em questões hoje fundamentais na sociedade. Isso como forma de produzir um ambiente educativo que se realiza em ações de caráter pedagógico de intervenção na comunidade, assumindo a dimensão política da educação e potencializando o exercício de cidadania dos educandos e educadores. Ou seja, uma EA que instrumentalize e forme agentes atuantes no processo de transformação da realidade, voltado para a construção de uma sociedade socioambientalmente sustentável, o que faz do cotidiano escolar um lugar não só de reprodução, mas também de construção de novos valores sociais constituintes das novas realidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi realizado entre os meses Maio à Julho de 2014 e dividido em três etapas, sendo elas: 1- Pesquisa bibliográfica e documental; 2- Realização de entrevistas e aplicação de questionários; e 3- Análises e tabulação dos dados obtidos.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

O projeto foi realizado no município de Dias D'Ávila Bahia, localizado a 54 km de Salvador, com 72.000 habitantes, limitando-se ao sul com os municípios de Camaçari (10 km do Polo Petroquímico) e Simões Filho; ao norte com Mata de São João; ao oeste com São Sebastião do Passé e Candeias; integrado a Região Metropolitana de Salvador – RMS (IBGE, 2010), como apresentado na Figura 1.



Figura 1: Mapa da Localização do Município de Dias D'Ávila, BA.
Fonte: Brasilocal.com/Bahia/salvador/dias_davila.html, 2014.

3.2 TIPO DE PESQUISA

O referido estudo primeiramente aplicou uma entrevista condensada com 6 perguntas com respostas subjetivas ao Articulador de Eixo Temático da Secretária de Educação do Município. Por outro lado, foram aplicados questionários a dez diretores de escolas da zona urbana e dois a diretores de escolas da zona rural. Este instrumento constituiu-se de 10 (dez) perguntas, com respostas de múltipla escolha. Esta etapa da pesquisa teve como objetivo analisar e avaliar a situação atual da Educação Ambiental na rede municipal de ensino de Dias D'Ávila. A técnica desenvolvida foi do tipo Exploratória, pois a mesma visa proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, a fim de torná-lo explícito ou a construir hipóteses; tendo, portanto, como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas. (SELLTIZ et al., 1967, p.63 *apud* GIL, 2002). (Apêndices A, B).

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas que constituíram-se de vistas "in loco" (conforme é mostrado na Figura 2), para verificar como se comporta a Disciplina de Educação Ambiental nas Escolas públicas do município de Dias D'Ávila caso exista.



Figura 02: Métodos Utilizados na Coleta de Dados.
 Fonte: Rosalvo de Souza Oliveira Neto, 2014.

3.4 ANÁLISES DOS DADOS

Tabulação e análise dos dados foram realizadas no Microsoft Excel e os resultados foram apresentados em gráficos com respectivas legendas, conforme mostra o item Resultados e Discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

No mês de junho de 2014, realizou-se uma entrevista com o articulador de eixo temático da secretaria de educação com o objetivo de Investigar se nas escolas públicas municipal de Dias D'Ávila existe uma disciplina voltada para a educação ambiental na grade curricular das mesmas, caso não exista de que forma as questões ambientais são abordadas nas escolas.

Questionou-se ao entrevistado se existem em Dias D'Ávila políticas públicas referentes ao Meio Ambiente, ou seja, voltada ao ensino? Qual? E se está em algum documento oficial?

A resposta a este questionamento foisim, existe um trabalho didático realizado por todas as escolas municipais sendo realizado no 1º semestre e é acompanhado pela Secretaria de Educação do município (SEDUC). No decorrer do ano letivo são desenvolvidas:

- 1-Oficinas de reciclagem;
- 2-Atividades de cinemas e conscientização;
- 3-Concurso de desenho com o tema meio ambiente;
- 4-Seminários;
- 5-Trabalho com hortas.

As políticas públicas referentes ao Meio Ambiente encontram-se na Lei Orgânica do município

Dando prosseguimento a entrevista questionou-se ao entrevistado se existe nas escolas públicas do município de Dias D'Ávila a disciplina de Meio Ambiente ou Educação Ambiental? Se existe, são em todas, ou em algumas escolas? O entrevistado respondeu que não existe nas escolas do município a disciplina de Meio Ambiente ou Educação Ambiental, informou que o município tem 23 instituições de ensino, sendo 17 na zona urbana e 6 na zona rural, diante da inexistência de uma disciplina que trabalha meio ambiente ou educação ambiental, não foi realizada as outras perguntas preparadas para a entrevista (Apêndice A).

A pergunta três foi qual a carga horária da disciplina de Meio Ambiente ou Educação Ambiental? Foi constatado conforme resposta anterior que não há nas escolas do município uma disciplina específica de Meio Ambiente ou Educação Ambiental, portanto não foi respondido o questionamento em relação à carga horária da disciplina.

Questionado quais as dificuldades para a não aplicação das políticas públicas nas escolas do município? Segundo a secretaria de Educação não existe dificuldades, apenas a Secretaria de Educação optou por trabalhar com tema de forma transversal da disciplina.

Os professores são incentivados e motivados para estarem desenvolvendo pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos?

Sim, através de seminários, treinamentos para capacitá-los e ser aplicados em sala de aula o absorvido.

Questionado se as escolas municipais desenvolvem alguns projetos na área ambiental? Quais? Sim, como comentado anteriormente são trabalhados: Oficinas de reciclagem; Atividades de cinemas e conscientização; Concurso de desenho com o tema meio ambiente; Seminários e Trabalho com hortas.

Foi perguntado se na sua Secretaria existe algum programa de capacitação para os professores na área de educação ambiental ou correlata a área? Quais? A resposta foi sim, seminários com temas voltados ao meio ambiente, treinamentos e pequenos projetos da área correlata.

Para a justificativa de tal problemática, o articulador de eixo temático através da entrevista informou que os professores são incentivados e motivados através de seminários e treinamentos para estar desenvolvendo pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos.

O Articulador de eixo temático diz existir Políticas Públicas referente ao Meio Ambiente voltada ao ensino no município, como é mostrado no Quadro 1, e afirma que as mesmas encontram-se na Lei Orgânica do Município.

Ainda segundo este articulador foi informado sobre a existência de um trabalho didático realizado por todas as escolas municipais, ministrados durante o 1º semestre de cada ano, o qual é acompanhado pela Secretaria de Educação do Município (SEDUC).

| Políticas Públicas Desenvolvidas |
|--|
| Oficinas de reciclagem |
| Atividades de cinemas e conscientização |
| Concurso de desenho com o tema Meio Ambiente |
| Seminários |
| Trabalho com hortas |

Quadro 1: Políticas Públicas Desenvolvidas nas Escolas do Município de Dias D'Ávila.

4.2 QUESTIONÁRIO AO DIRETOR DA ESCOLA E EQUIPE PEDAGÓGICA

Foram aplicados questionários numa porcentagem de cinquenta e dois por cento (52%) das escolas municipais de Dias D'Ávila. Responderam aos questionários doze diretores, sendo dez diretores de escolas da zona urbana e dois diretores de escolas da zona rural. (APÊNDICE B)

O questionário constituiu-se de 10 (dez) perguntas, com respostas de múltipla escolha. Esta etapa da pesquisa teve como objetivo analisar e avaliar a situação atual da Educação Ambiental na rede municipal de ensino de Dias D'Ávila.

Ao serem indagados se na escola existe a disciplina de meio ambiente ou educação ambiental. Constatou-se que 100 % das escolas participantes da pesquisa não possuem a disciplina de meio ambiente ou de educação ambiental.

Ao serem questionados: caso não exista a disciplina de meio ambiente, de que forma são ministrados os temas voltados à educação ambiental. A maioria (80%) dos diretores entrevistados responderam que os temas relacionados ao meio ambiente são trabalhados de forma interdisciplinar, (10%) responderam que trabalham de forma multidisciplinar e (10%) responderam que trabalham de outras formas. O Gráfico 1 mostra o resultado levantado no questionamento.

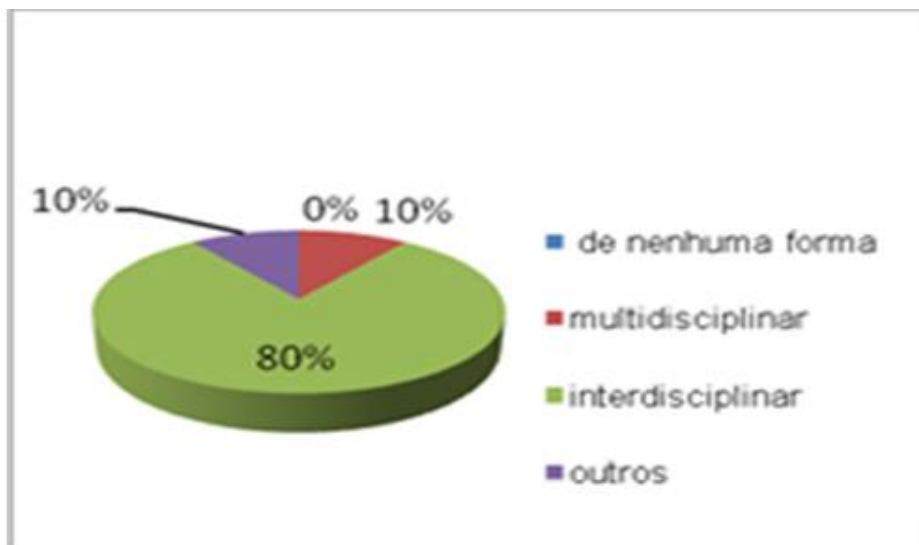


Gráfico 1: Formas como as Escolas Municipais de Dias D'Ávila Trabalham EA.

Diante das respostas dos entrevistados, ficou evidente que todas as escolas praticam a educação ambiental. A maioria com a justaposição de duas ou mais disciplinas existentes no currículo escolar, sem que sejam definidos objetivos pedagógicos comuns, portanto, sem que haja interconexão entre as disciplinas, sendo chamada desta forma de interdisciplinaridade.

Questionou-se aos diretores na sua opinião onde começa a educação ambiental: em casa, na escola, na comunidade ou em todos? 70% dos diretores das escolas responderam que acreditam que a Educação Ambiental começa tanto em casa, como na escola e comunidade, e desta forma apontam que todos os lugares servem como base para nascer à sensibilização ambiental. Porém 30% (trinta por cento) dos mesmos discordam, e acham que a educação ambiental começa apenas em casa.

Embora existam políticas públicas nas escolas, há ainda algumas dificuldades para a não aplicação das mesmas conforme citado pelos diretores, tais como: falta de interesse da comunidade, falta de vontade política, falta de atenção voltada à temática e falta de infraestrutura. Apenas 30% (trinta por cento) dos diretores não veem problemas para a não aplicação das Políticas, como é mostrado no Gráfico 2.

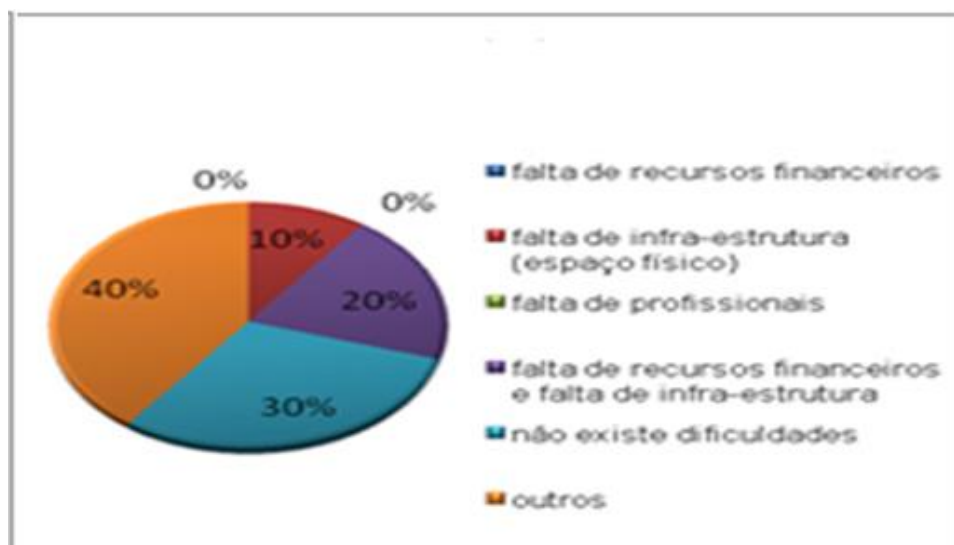


Gráfico 2: Dificuldades para não Aplicação das Políticas Públicas nas Escolas Municipais de Dias D'Ávila.

Pode-se observar pelo gráfico que de acordo com a opinião dos diretores, (10%) disseram que as dificuldades para não aplicação das políticas públicas está na falta de infraestrutura (espaço físico), (20%) disseram falta de recursos financeiros e falta de infraestrutura e (40%) dos entrevistados disseram outras dificuldades.

De acordo os entrevistados (100%) responderam que existe nas escolas projetos voltados a Educação Ambiental e citaram quais projetos as escolas desenvolvem ou já desenvolveu, conforme Quadro 2.

| Projetos Voltados a Educação Ambiental |
|---|
| Reflorestamento |
| Alimentação Saudável |
| Saúde da Família |
| Conservação do Meio Ambiente |
| Reciclagem |
| Meio Ambiente e Família |
| Tecendo Saberes, Construindo Deveres |
| Passeios Pedagógicos |
| Caminhada Ecológica |
| Palestras, Conscientização do Tema |

Quadro 2: Projetos ou Ações Voltadas a Educação Ambiental.

Porém, segundo as diretoras das escolas, existem algumas dificuldades encontradas pelos professores para desenvolver esses projetos, tais como falta de recursos financeiros; interesse da comunidade; parcerias; interesses dos alunos e falta de tempo para o preparo.

Os diretores foram questionados de que forma os professores são incentivados e motivados para desenvolverem pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos. Conforme análise dos questionários 70% (setenta por cento) das diretoras confirmou a resposta dita pelo articulador, que é por meio de seminários e treinamentos, conforme resultados expressos no Gráfico 3.

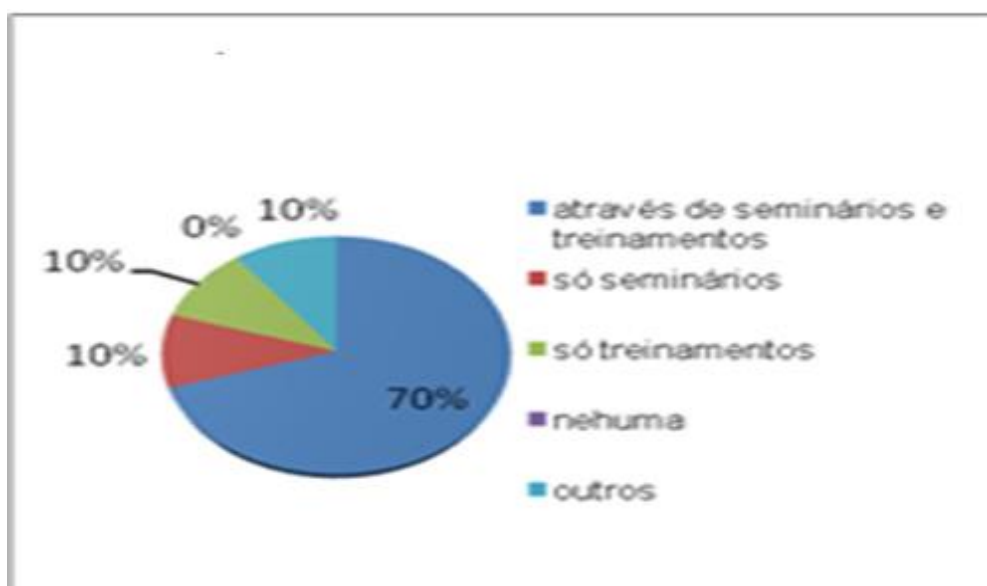


Gráfico 3: Forma como os Professores são Motivados para Desenvolver Projetos ou Atividades Ambientais com os Alunos.

Foi perguntado as diretoras a opinião, onde começa a educação ambiental. Setenta por cento (70%) dos diretores das escolas responderam que acreditam que a Educação Ambiental começa tanto em casa, como na escola e comunidade, e desta forma apontam que todos os lugares servem como base para nascer à sensibilização ambiental. Porém 30% (trinta por cento) dos mesmos discordam, e acham que a educação ambiental começa apenas em casa.

A escola possui área arborizada, horta, ou outros espaços que poderão ser utilizados para trabalhar Educação Ambiental? Sim, todas as escolas visitadas possuem área arborizada e algumas delas existem horta onde é trabalhada a

educação ambiental e os alimentos colhidos é inserido na merenda escolar para o consumo dos alunos que estuda de forma integral.

Por outro lado, (60%) sessenta por cento dos entrevistados atribuíram a nota 10 (numa escala de 5 a 10) para informar o grau de importância que a disciplina meio ambiente ou Educação Ambiental possui para a formação de cidadãos mais responsáveis e comprometidos com o seu processo de socialização.

Durante o processo da aplicação dos questionários até o momento da tabulação de dados para a exposição de resultados, percebeu-se de uma forma geral, a real problemática que agrega a introdução da Educação Ambiental no contexto escolar, que deste modo nos permite pensar e analisar que a problemática é devido há pouca disponibilidade de tempo dos professores, principalmente aqueles que estão arraigados aos conteúdos da suas áreas de atuação, a falta de espaço físico apropriado para realização das ações e principalmente a falta de incentivo das Secretarias de Educação também são os principais pontos negativos que levam a não implementação da disciplina de Educação Ambiental no município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização. O que nela se faz se diz e se valoriza representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis. Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente. É fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável. Porém, sabemos que essas atitudes por si só não são suficientes. São necessárias Políticas Públicas atuantes no processo de construção dessa realidade, assim como a motivação dos educadores para a realização de projetos pedagógicos e por fim, incentivos da Secretária de Educação para que se venham manter parcerias com projetos educacionais que estimulem comportamentos ambientalmente saudáveis para a sociedade e comunidade.

Segundo Capra (2006 *apud* BARBOSA, 2008), a meta não é proporcionar ao aluno o mero domínio das disciplinas específicas, mas a capacidade de estabelecer cognições como parte integral do mundo natural no qual estamos inseridos.

Diante do que foi citado, fica claro dizer que a Educação Ambiental nas escolas deve ser conduzida através de conteúdos ambientais que venham ser permeados em todas as disciplinas do currículo formal e não formal; para que desta forma sejam contextualizados com a realidade da comunidade, na qual a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

Diante do exposto, ficaram claro que mesmo a escola pública do município de Dias D'Ávila não tendo uma disciplina específica voltada para a Educação Ambiental as questões ambientais são abordadas de forma bastante satisfatória. No decorrer do 1º semestre do ano letivo são desenvolvidas políticas públicas voltadas para a educação ambiental e são acompanhadas pela Secretaria de Educação do município (SEDUC). Tais como:

Oficinas de reciclagem; Atividades de Cinemas e Conscientização; Concurso de Desenho com o Tema Meio Ambiente; Seminários; Trabalho com Hortas; Reflorestamento; Alimentação Saudável; Saúde da Família; Conservação do Meio Ambiente; Reciclagem; Meio Ambiente e Família; Tecendo Saberes, Construindo Deveres; Passeios Pedagógicos, Caminhada Ecológica; Palestras, Conscientização do Tema. Por esse motivo não há o que propor de melhorias.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 2002. v.1. 160p.

BARBOSA, Luciano Chagas. **Políticas Públicas de Educação Ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao11.pdf>>. Acesso em: 15 Fev.2014 às 19:30 h.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 19 Fev. 2014.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASILOCAL.COM. Dias D'ávila, Bahia. Portal. **Mapas**. Disponível em: <http://www.brasilocal.com/bahia/salvador/dias_davila.html>. Acesso em 26 Fev.2014 às 18:00 h.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano: compaixão pela terra. 7.ed. Petrópolis: Vozes,1999.

_____. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**.São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, histórias, formação de professores**. 2.ed. São Paulo. Editora SENAC, 2000.

CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.

CORRÊA, R. L. **Meio Ambiente e Metr pole**. In: CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p. p.153-169.

CUBA, Marcos Ant nio. **Educa o Ambiental Nas Escolas**. *ECCOM*, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. [online]. Disponível em: <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/viewFile/403/259>> Acesso em:18 Mar.2014 às 22:00h.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educa o Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

_____. **Elementos para capacita o em Educa o Ambiental**. Ilhéus: Editus; 1999; 186 p.

_____. **Educa o Ambiental. Princípios e Praticas**. 6.ed. - Revisado e Ampliado pelo autor. São Paulo: Gaia, 2001.

_____. **Educa o Ambiental: princípios e práticas**. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educa o ambiental nas escolas de ensino fundamental**: estudo de caso. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

GUIMARÃES, M. **Educa o ambiental: no consenso um embate?**Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **A forma o de educadores ambientais**.Campinas:Papyrus, 2004.

_____. (Org.). **Caminhos da educa o ambiental: da forma o   a a o**. Campinas: Papyrus, 2006.

HERNÁNDEZ, B.; HIDALGO, M. C. 1998. **Actitudes y creencias hacia el medio ambiente**. In: ARAGON S, J. I.; AM RIGO, M. (Orgs.), *Psicologia ambiental*. Madrid: Pir mide. p.281- 295.

HUTCHISON, David. **Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental**. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291005&search=bahia|dias-d`Ávila>>. Acesso em 15 Mar.2014 às 16:00 h.

LAYRARGUES, P.P. **O cinismo da reciclagem**. In: Educação Ambiental:repensando o espaço da cidadania. Cortez Editora. 2002.

LOUREIRO, C.F.B. ; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Org.).**Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo:Cortez, 2000.

_____. (Org.).**Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo:Cortez, 2002.

_____. (Org.).**Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez,2006.

MARANHÃO, Magno de Aguiar. **Educação Ambiental, a única saída**. Publicado em 11/04/2005 16:21:00. Disponível em:<<http://www.psicopedagogia.com.br/opinioao/opinioao.asp?entrID=317>>. Acesso em: 16 Mar 2014.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. Acesso em: 16 Mar.2014 às 15:00 h.

MOUSINHO, Patrícia. **Glossário**. In: Trigueiro, André. (Coord.) Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

MUNHOZ, Tânia. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental**. Em Aberto, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991. [online]. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/762/683>>. Acesso em 17 Mar.2014 às 17:00h.

PARDO DIAZ, Alberto. **Educação Ambiental como projeto**. 2. ed.Porto Alegre:Artmed, 2002.

SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo dos. **Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio**. 2007. Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2007.

SATO, Michele. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2004. 374p

SOARES, Gisele Fernanda, MATTOS, Jerusha. **A importância da Educação Ambiental nas escolas**. Publicado em 15/12/2010. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/a-importancia-da-educacao-ambiental-nas-escolas-3853744.html>>. Acesso em: 17 Mar.2014 às 19:00h.

TILIBISI (1977) - CONFEÊNCIA INTERNACIONAL. **Educação Ambiental e a Política de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/item/8070-declara%C3%A7%C3%A3o-de-thessaloniki>. > Acesso em: 19/03/2014 às 20:00 h.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

YUS, R. **Educação integral: uma educação holística para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

APENDICES

Apêndice A - Entrevista com a Secretaria de Educação

Entrevistado: _____

Cargo: _____

1- Existem em Dias D'Ávila políticas públicas referentes ao Meio Ambiente, ou seja, voltada ao ensino? Qual? Está em algum documento oficial?

Políticas públicas desenvolvidas: _____

2- Existe nas escolas públicas do município de Dias D'Ávila a disciplina de Meio Ambiente ou Educação Ambiental? Se existe, são em todas, ou em algumas escolas? (Listar todas as escolas, nome e endereço).

R =

3- Qual a carga horária da disciplina de Meio Ambiente ou Educação Ambiental?

R =

4- Quais as dificuldades para a não aplicação das políticas públicas nas escolas do município?

R =

5- Os professores são incentivados e motivados para estarem desenvolvendo pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos?

R =

6- As escolas municipais desenvolvem alguns projetos na área ambiental? Quais?

R =

7- Na sua Secretaria existe algum programa de capacitação para os professores na área de educação ambiental ou correlata a área?

Apêndice B - Questionário ao Diretor da Escola e Equipe Pedagógica

Nome da Escola:

Endereço:

1- Existe na escola a disciplina de Meio Ambiente ou Educação Ambiental?

() sim () não

2- Caso não exista a disciplina de Meio Ambiente, de que forma são ministrados os temas voltados à educação Ambiental?

() de nenhuma forma () multidisciplinar () interdisciplinar

() Outras, quais? _____

3- Em sua opinião, onde começa a educação ambiental?

() em casa () na escola () na comunidade () todas as alternativas

4- Quais as dificuldades para a não aplicação das políticas públicas nas escolas do município?

() falta de recursos financeiros () falta de infraestrutura - espaço físico)

() falta de profissionais – professores () não existe dificuldades

() outros, quais ? _____

5- Existem na escola projetos voltados para a Educação Ambiental?

() Sim () Não

Caso afirmativo, quais? _____

6- Quais são as principais dificuldades encontradas pelos professores para desenvolver projetos na área ambiental?

() falta de recursos financeiros () falta de parcerias

() falta de interesses dos alunos () outros, quais? _____

7- A escola realiza visitas a campo para trabalhar a realidade local sobre as questões ambientais?

() sim () não

8- De que forma os professores são incentivados e motivados para estarem desenvolvendo pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos?

- Através de seminários e treinamentos
- Somente seminários
- Somente treinamentos
- Nenhuma forma
- outros, quais? _____

9- A escola possui área arborizada, horta, ou outros espaços que poderão ser utilizados para trabalhar Educação Ambiental?

sim não

Se possui, Quais espaços? _____

10- De 5 a 10, qual a importância que você acha que a disciplina de meio ambiente ou Educação Ambiental tem na escola?

5 6 7 8 9 10